

LEI Nº 2.072, DE 14 DE MAIO DE 1993.

(Revogada pela Lei nº 3.504/2018)

**~~AUTORIZA — CANCELAMENTO — DE
DÍVIDA ATIVA LANÇADA EM NOME
DE CLARICE CAETANO E DE
ARISTIDES LUCINDO, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.~~**

~~Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, e eu,~~
~~PREFEITO MUNICIPAL~~ sanciono a seguinte lei:

~~Art. 1º~~ — Fica o Poder Executivo Municipal de Alegre ES, autorizado a proceder o cancelamento de Dívida Ativa, referente ao Imposto Predial e Territorial urbano (IPTU) e Taxas de Serviços, lançados indevidamente em imóveis encravados em área Rural, com a titulação, registro e valores seguintes:

~~FICHA nº 2717 — CLARICE DE CASTRO CAETANO IPTU — 1991 e 1992 = Cr\$ 592.746,00
FICHA nº 4.621 — ARISTIDES LUCINDO — IPTU e TAXAS DE SERVIÇOS — 1989 à 1992 =
Cr\$ 113.313,76~~

~~Art. 2º~~ — O cancelamento da Dívida Ativa de que trata o art. 1º desta Lei, se deve em razão de não ser competência do Município tributar imóveis de áreas Rural.

~~Art. 3º~~ — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

~~Alegre (ES), 14 de maio de 1993, — 102º da Fundação~~

**~~JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA — Caléu
— Prefeito Municipal~~**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.